

## **AVALIAÇÃO INCLUSIVA: PROCESSO CONTÍNUO DE INCLUSÃO**

Antelmara de Sousa Silva<sup>1</sup>

### **CATEGORIA: COMUNICAÇÃO ORAL**

**Eixo Temático/Área de Conhecimento:** Pesquisa sobre a Produção do Conhecimento científico em Educação Especial

#### **RESUMO**

Estas linhas construídas através de um instrumento que foi evidência de um estudo que se caracterizou por pesquisa ação, contou com a participação de vários professores, sendo estes, protagonistas das discursões a respeito da avaliação inclusiva, buscou responder o seguinte questionamento: como avaliar aprendizagem sem que essa prática cause exclusão? Direcionados por esta provocação muitos relatos e trocas de experiências foram os fios condutores para a ressignificação da avaliação inclusiva personificada, alicerçados com as pesquisas de Luckesi, Mantoan, Goffman, Oliveira e outros que consolidou cientificamente esta roda de cultura que carrega o objetivo de avaliar com a proposta inclusiva.

**PALAVRAS- CHAVE:** Escola Inclusiva. Avaliação inclusiva. Prática Pedagógica.

#### **1. INTRODUÇÃO**

Falar em educação em tempos contemporâneos é falar em inclusão, isso significa dar o direito a qualquer pessoa independente de suas limitações o direito a vida e a cidadania.

---

<sup>1</sup> Antelmara de Sousa Silva. Professora Especialista em Educação Especial Inclusiva (SEMED- PARAUAPEBAS).  
E-mail: castelomara@gmail.com



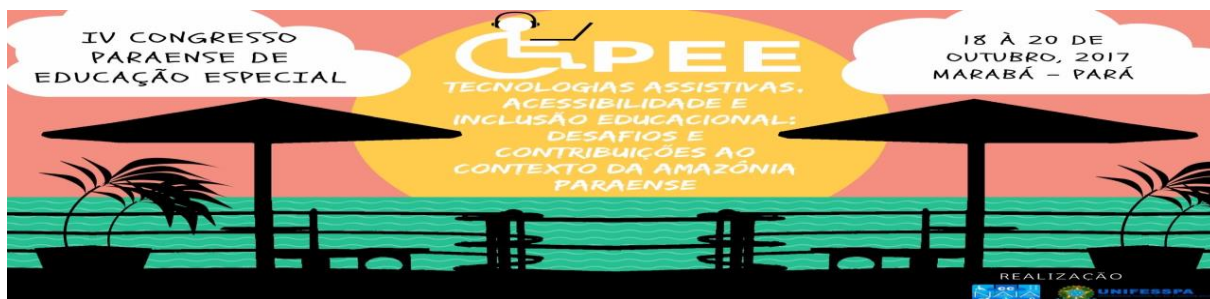
A inclusão tem sido entendida como um princípio que impulsiona um novo paradigma no atendimento ao aluno com deficiência: o paradigma de suporte (Aranha, 2000). O debate sobre esse princípio se intensifica, no Brasil, a partir da Declaração de Salamanca e é consubstanciado nos documentos nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em diversos pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação e mesmo nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), o qual pode considerar como a referência curricular que pretende direcionar a ação educativa a nível nacional.

Com todos esses eventos e movimentos supracitados os avanços na Educação Inclusiva é uma realidade legal, agora fazer valer é um desafio a ser operacionalizados por parte dos professores que estão diretamente nesse processo inclusivo e avaliar é ir além de sua patologia e extrair suas competências e potencializa-la uma missão, colocando em destaque o desempenho escolar desses alunos e a proposição de adaptações curriculares.

Assim, com esses sentimentos, abordamos claramente sobre a temática em questão que discorrerá sobre a avaliação inclusiva nas práticas de ensino e como esse instrumento vem acontecendo com os alunos Inclusos que estão inseridos nos ambientes escolares e de que maneira este instrumento vem contribuindo na vida desses sujeitos ou negando seu desenvolvimento.

Esse material é fruto de um encontro com a participação de professores sendo eles protagonistas dessa pesquisa ação que se apoiou de materiais científicos de autores brasileiros que desenvolvem pesquisas nas áreas da avaliação como: Luckesi, maior autoridade no Brasil que discorre no assunto de avaliação e também Mantoan, autora que foi uma das idealizadoras da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e outros autores que nos nortearo na discussão.

Neste contexto estas linhas escritas trazem discursão e reflexão a respeito das práticas pedagógicas e os princípios que devem fazer parte da Avaliação Inclusiva e como essa ferramenta vem sendo conduzida pelos professore e especialistas que



hoje, desenvolvem seus trabalhos nas salas multifuncionais, salas de recursos, atendimento educacional especializado nesses espaços que se apresentam com nomenclaturas distintas, mas que trabalham em um único objetivo de promover Educação Inclusiva.

Assim discutir sobre Avaliação Inclusiva é priorizar uma prática humanista que visa o desenvolvimento humano e suas limitações como algo natural, reconhecendo suas competências curriculares de acordo com o que é estabelecido nos parâmetros curriculares da Educação Inclusiva. Neste contexto Oliveira ressalta:

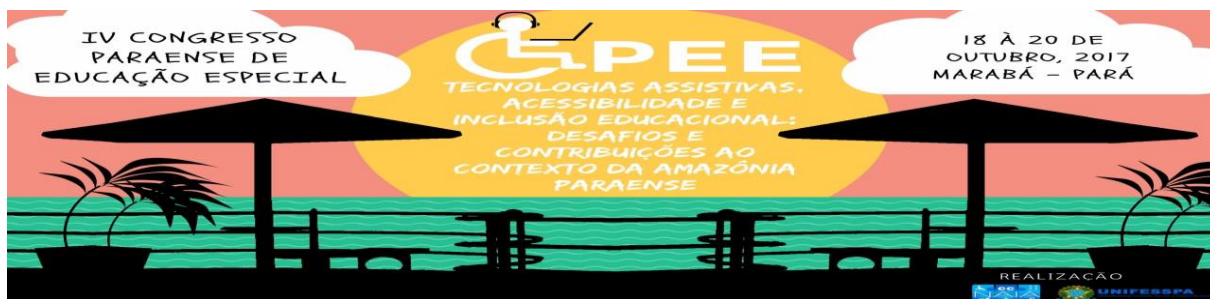
Determinar a necessidade educacional do aluno, tomar decisões sobre sua escolarização, elaborar propostas de adaptações curriculares, propor adaptações significativas (se necessárias), determinar recursos e apoios à sua necessidade, e também determinar tanto o seu estilo de aprendizagem quanto o estilo de ensino do professor. (Oliveira, Leite, 2000).

Oliveira nos alerta para esse estilo de aprendizagem, que cada aluno incluso carrega e considerar seus tipos de aprendizagem é fundamental para o processo.

De acordo com essa nova roupagem no cenário educacional, desde 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que é um marco nas escolas e entender que ela é de todo mundo e que todos precisam desse atendimento sem discriminação, para assim se desenvolver de acordo com suas limitações e assumirem seus papéis na sociedade como protagonistas, garantindo que pessoas com deficiência possam frequentar classes comuns sem discriminação.

Para consolidar esse instrumento científico foi organizado matérias de estudo com as abordagens sobre Avaliação Inclusiva, e os princípios que contribui para elaboração dos mesmos.

Assim essa pesquisa ação teve como identidade principal ouvir, analisar, refletir, discutir com os professores nesses dos momentos sendo 04: hora pela manhã e 04: horas à tarde sobre a inclusão nos espaços escolares e as posturas que são



construídas pelos profissionais de educação sobre Avaliação Inclusiva na perspectiva Inclusiva.

Com a perspectiva de que todos nos espaços escolares devem estar juntos, independentemente de suas condições primeiras (sejam deficientes ou não), no processo de inclusão os objetivos da avaliação pedagógica é que aconteça sem nenhum prejuízo didático para assim a inclusão acontecer sem nenhuma restrição escolar.

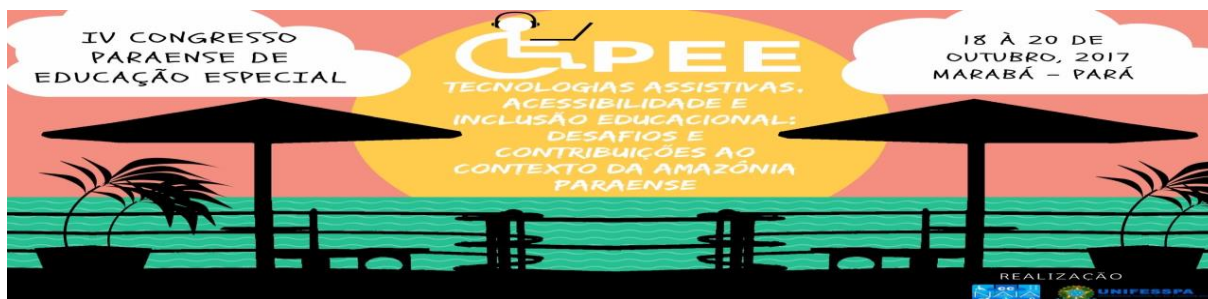
Assim descaremos os estudos com as leituras compartilhadas dos textos em questões sobre Avaliação Inclusiva e também um questionário de perguntas fechados sendo uns dos métodos a serem utilizados, além das rodas de culturas que auxiliaram para reflexão sobre as práticas de Avaliação Inclusiva nos espaços escolares.

Logo em seguida os professores socializaram os desafios de se aplicar a Avaliação Inclusiva e os novos olhares para que se garanta a Inclusão e não Exclusão nesse processo avaliativo, sendo pertinente ressaltar as características e percepções que devem fazer parte desse momento avaliativo que Luckesi nos apresenta:

A prática avaliativa deve ser capaz de ir além de avaliar a aprendizagem, mas entender o valor individual de cada aluno, propiciando o seu crescimento como indivíduo e como integrante de uma sociedade. "E que acima de tudo, seja uma avaliação envolvida com uma prática pedagógica real, inovadora, não excludente e muito amorosa. (Luckesi, 1987).

Portanto entender a prática pedagógica nas turmas inclusivas e analisar os princípios que regem uma Avaliação Inclusiva se tornou um dos desafios de construção e desconstrução se necessário, norteando esse estudo que contribuiu com evidência real dos trabalhos didáticos que são operacionalizados pelos professores nos espaços educacionais.

## 2. MATERIAS E METODOS



Este material científico consta as dinâmicas que percorrem as revisões bibliográficas através de obras de autores como Mantoan, Luckesi, Goffmann, Oliveira e outros autores que contribuíram para tal formatação, assim este se desenvolveu através de discursão e reflexão a respeito da Avaliação Inclusiva: prática que precisa ser personificada urgentemente.

Nesse enfoque, podemos entender a análise de Goffmann:

Por definição é claro, acreditamos que alguém com estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminação, por meio das quais efetivamente e, muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construimos uma teoria de estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo, racionalizando algumas vezes uma animosidade, baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. (1988,p.15).

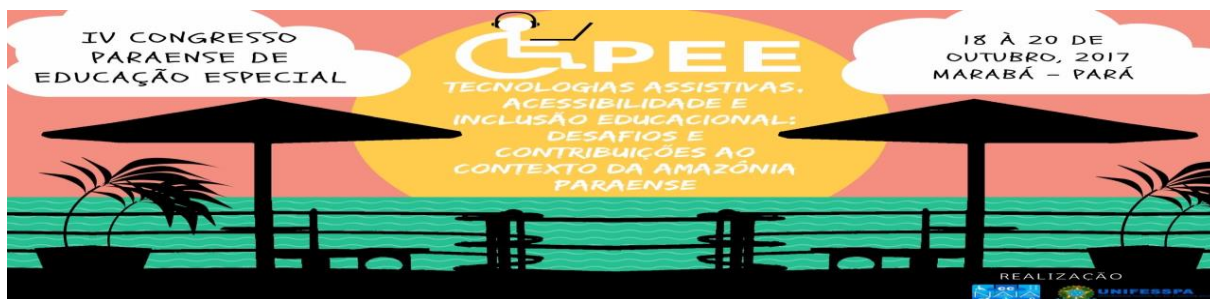
Nem sempre é fácil falar em diferença, ser diferente já é algo que causa certo desconforto, pois quase sempre estamos estabelecendo padrões, que muitas vezes, nos fazem cumprir protocolos estabelecendo os velhos padrões.

Com isso entendemos que incluir não é algo fácil, mas a sociedade busca atender a necessidade de se adequar as diferenças, sendo um grande divisor de águas na educação inclusiva e as instituições de ensino buscam promover a inclusão em todos seus aspectos e avaliar essas ações se fazem necessárias. Neste contexto, Mantoan nos chama atenção para:

Ao avaliarmos propostas de ação educacional que visam à inclusão, encontramos habitualmente, nas orientações dessas ações, dimensões éticas conservadoras. Essas orientações, no geral expressam-se pela tolerância e pelo respeito ao outro, que são sentimentos que precisamos analisar com mais cuidado, para entender o que podem esconder em suas entranhas. (Mantoan, 2003, p.18)

Perceber as mudanças no cenário educacional mais precisamente na educação inclusiva vai além das políticas públicas é na verdade a organização da educação especial e a regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e





sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular, assim os desafios dessas implementações se tornam uma realidade e os professores precisam entender suas atitudes e performances nas salas regulares e inclusivas.

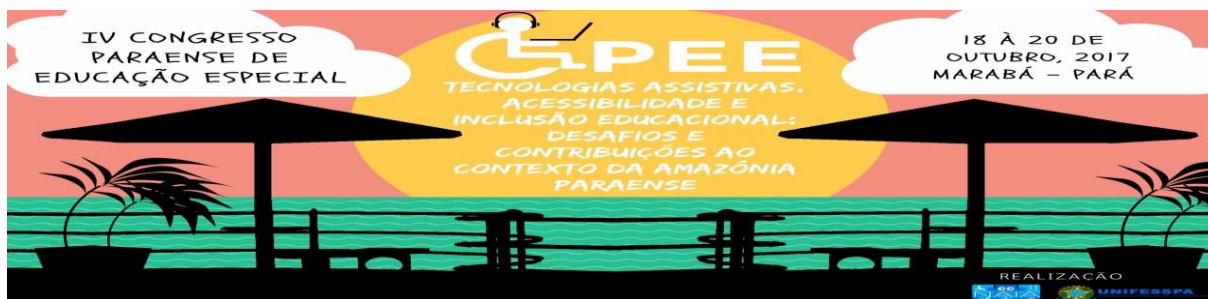
Com todos esses desafios citados acima essa pesquisa ação que se caracterizou pela natureza singular do objeto de estudo, conta com a participação de 30 professores da rede de ensino do município de Parauapebas- PA, que teve o objetivo de analisar e refletir suas práticas pedagógicas nas salas inclusivas.

Assim o momento contou com depoimentos sobre as práticas pedagógicas e também sobre os instrumentos que são utilizados nas turmas com alunos inclusos, pois cada docente socializou suas experiências oportunizando a todos a reflexão sobre os acertos e os erros relacionados às didáticas aplicadas e as adaptações curriculares e os suportes didáticos que fazem parte dessa prática.

As didáticas desenvolvidas pelos professores que trabalham com alunos inclusos foi pauta de discussão pelo grupo, houve momentos de reflexão a respeito das concepções que carregamos a respeito das adaptações curriculares da educação especial e inclusiva sendo ancoragem das reflexões presentes.

Assim deslizar nas diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que contempla, em sua versão pre-liminar, a caracterização da demanda a ser atendida:

A educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo, os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a Educação Especial atua de forma articulada com o ensino comum. Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial [...]. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes [...]. Dentre os transtornos funcionais específicos estão: dislexia,



disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros (BRASIL, 2008, p.14)

Assim foi apresentando para os docentes os seguintes questionamentos:

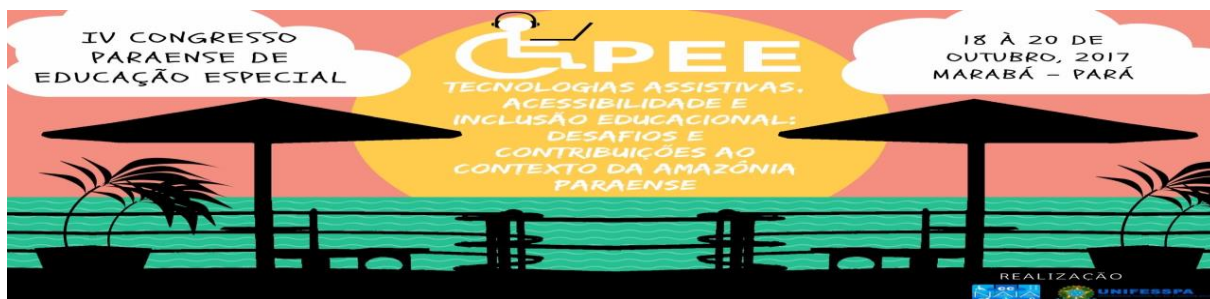
- a) Você reconhece que a avaliação escolar precisa incluir e não excluir?
- b) Você conhecem os princípios que regem a avaliação inclusiva?
- c) Nas suas práticas pedagógicas, as avaliações estão pautadas na perspectiva da educação Inclusiva?

Esses questionamentos foram os fios condutores para desconstruir algumas concepções estereotipadas sobre a avaliação de pessoas com deficiências e contribuiu de maneira significativa nessa jornada para juntos encontrarmos e reconhecer e aplicar instrumentos que possam realmente fazer a inclusão e não a exclusão desses alunos.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste contexto os desafios da educação inclusiva nos espaços escolares trazem as responsabilidades de incluir em todas as dimensões educacionais e avaliar é uma das ferramentas que cotidianamente é aplicada na sala de aula, mas quais são os princípios que são incorporados para que essa avaliação da aprendizagem aconteça de forma satisfatória e que atenda certos critérios como: dialógica, prazerosa, significativa, para que o educando seja personagem desta história que se constrói a cada dia. Assim Luckesi nos salienta que avaliação da aprendizagem:

A avaliação da aprendizagem escolar se faz presente na vida de todos nós que, de alguma forma, estamos comprometidos com atos e práticas educativas. Pais, educadores, educandos, gestores das atividades educativas públicas particulares, administradores da educação, todos, estamos comprometidos com esse fenômeno que cada vez mais ocupa espaço em nossas preocupações educativas( Luckesi, 2000. p.28)

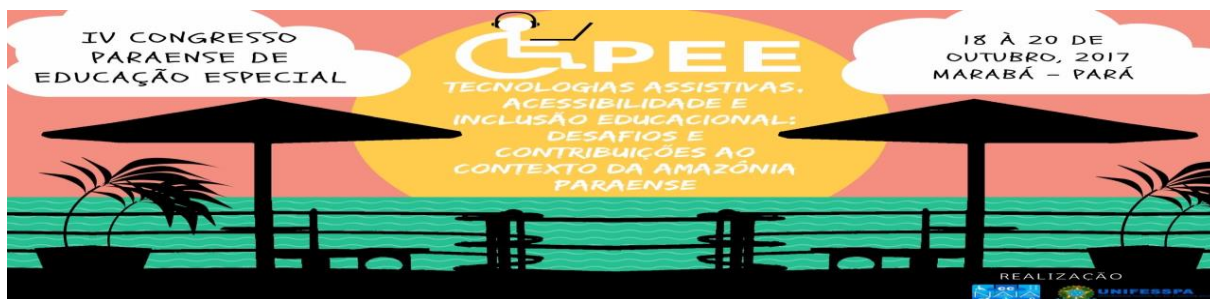


A verdadeira inclusão deverá ter como alicerce o processo de construção de consensos (valores, políticas e princípios) proveniente de uma reflexão coletiva sobre o que é a escola, quais as suas funções, os seus problemas e a maneira de solucioná-los.

Com essas reflexões, faz-se necessário a compreensão dos princípios que devem fazer parte de uma avaliação, não como algo pronto, acabado, engessado, mas sim, como um farol para iluminar os caminhos da verdadeira prática avaliativa inclusiva. Tais princípios foram estruturados pelos autores Josele Teixeira e Liliâne Nunes (2000: 96) e que seguem para a apreciação:

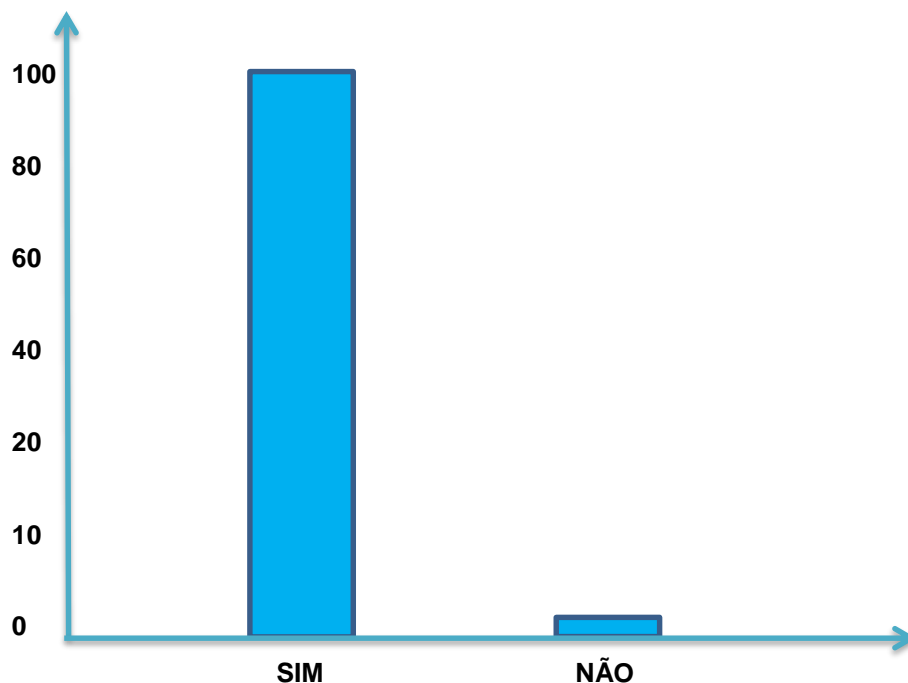
### 3.1 Análise dos dados

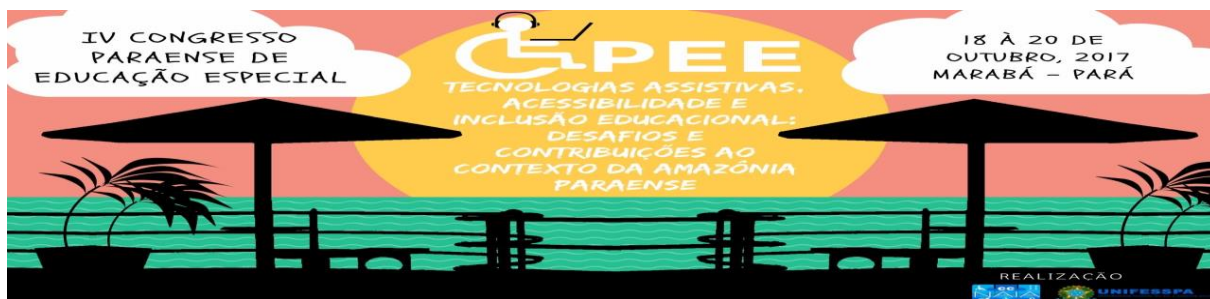




### 1. Você reconhece que a avaliação escolar precisa incluir e não excluir?

PORCETAGEM



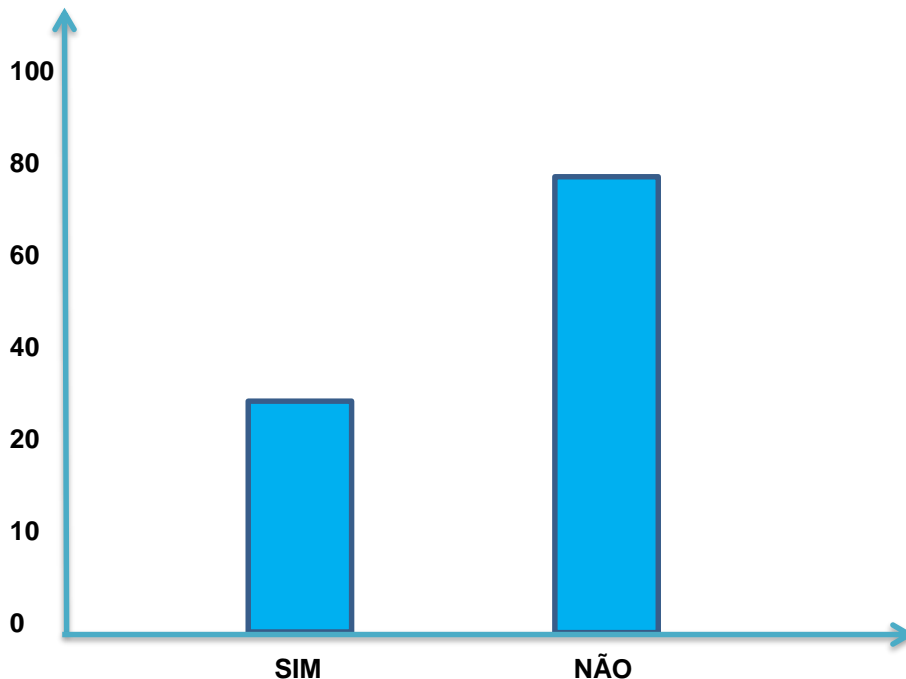


Como podemos observar, todos os entrevistados reconhecem que a avaliação escolar precisa incluir e não excluir, construindo assim uma nova roupagem ao cenário educacional para as pessoas com deficiência, assim ficou claro que para toda ação pedagógica e didática deverá considerar as especificidades de cada criança, adolescente, adulto que esteja inserido no espaço educacional.

Pensar nesse novo cenário é reconhecer e compreender as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos.

## 2. Você conhece os princípios que regem a Avaliação Inclusiva?

PORCETAGEM



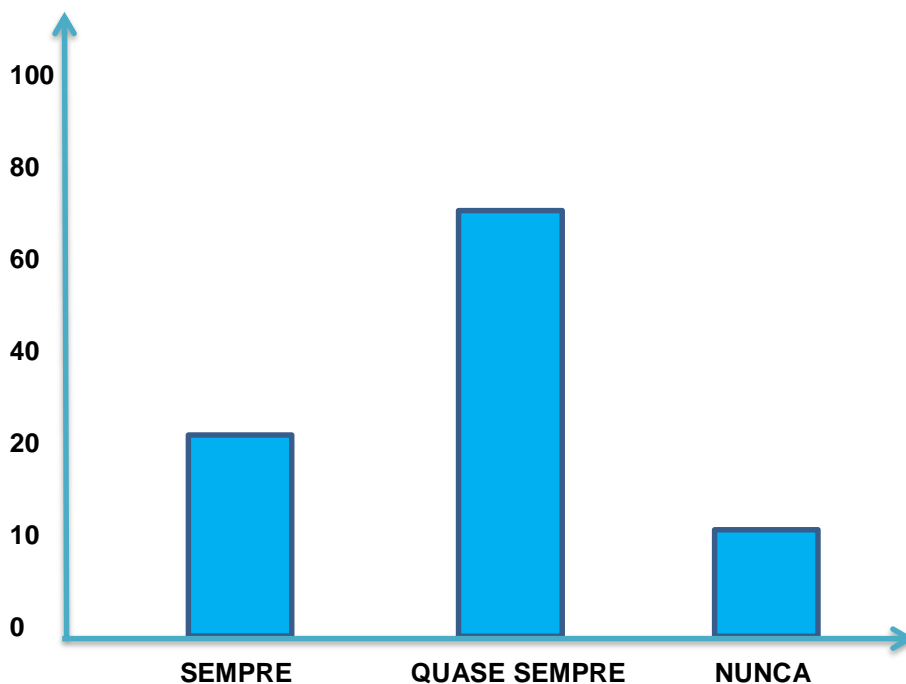


É notório, embora o reconhecimento da avaliação inclusiva seja pontuado positivamente pelos pesquisados, cerca de 72% deles não possuem conhecimento a respeito dos princípios (fundamentação) que entremeiam os caminhos da avaliação inclusiva.

Esses dados nos deu direcionamento para os estudos a respeito dos princípios (que a frente discutiremos) que sustentam uma avaliação inclusiva e a análise sobre tais, foi um grande marco para construir estruturas e concepções alinhadas com o objetivo de instrumentalizar atividades e avaliações com as propostas inclusivas.

### 3. Nas suas práticas pedagógicas, as avaliações estão pautadas na perspectiva da educação inclusiva?

PORCETAGEM





Nesta questão, infelizmente, observamos que o processo de inclusão ainda não é direito de todos, pois a avaliação inclusiva não está presente totalmente nas práticas pedagógicas. 70% dos entrevistados têm em suas práticas, ora sim ora não, avaliações na perspectiva da educação inclusiva; já 10% informaram que nunca realizam avaliação inclusiva e; somente 20% dos sujeitos proporcionam uma avaliação que inclua.

Com esses resultados entendemos coletivamente que a abordagem sobre a avaliação Inclusiva é assunto que precisa fazer parte de movimento social, conferências estaduais, municipais, fórum, workshop que esclareçam as necessidades e as adaptações para se construir uma sociedade inclusiva de mãos dadas com as escolas nas reuniões pedagógicas, formações continuada para com isso ser internalizada por todos os protagonistas que lidam diretamente com as pessoas com deficiência e nas escolas com os alunos inclusos.

Diante dessa proposta apresentaremos para melhor esclarecimento alguns princípios que precisam ser conhecido, para assim, construir um processo avaliativo inclusivo, ressaltando que não é algo pronto mas sim uma proposta para facilitar os trabalhos didáticos e pedagógicos. Assim apresentamos os Princípios da Avaliação na perspectiva Inclusiva para melhor esclarecimento.

ORD	PRINCÍPIO	DESCRIÇÃO
1º	Envolvimentos na definição dos procedimentos	Todos os alunos devem estar envolvidos e familiarizados com os procedimentos de avaliação que farão parte, de forma que contribua para a promoção da aprendizagem de cada um.
		Um processo é legitimado com tem a participação de todos os envolvidos,



2º	Legitimidade, validade e adaptação	dando validade às ações que promoverão a aprendizagem. Neste sentido deve ser adaptada a necessidade de cada um, para que todos possam aprender e responder adequadamente a cada tipo de avaliação de acordo com sua especificidade.
3º	Desenho Universal	Todas as técnicas de avaliação devem respeitar os princípios dos desempenhos universalmente aceitos. Não se trata de pôr em risco a confiança e a credibilidade de uma avaliação formativa. Trata-se de conscientizar o educando sobre as possibilidades e as limitações que enfrentará ao se deparar com as determinações sociais. Uma educação formativa e inclusiva educa para a vida. Mais uma vez, repito: não podemos falsear uma realidade para fingirmos que estamos incluindo temos de incluir diante da realidade que nos é imposta a ponto de modifica-la cotidianamente. Dessa forma, permitiremos que todos tenham a oportunidade de demonstrar suas competências, as habilidades e os conhecimentos obtidos ao longo do processo.





4º	Diversidade (valorizar os progressos e os resultados alcançados)	Trabalhar com a afetividade e a valorização da autoestima do aluno faz parte de um processo que respeita as diferenças, identificando e incentivando os progressos que os alunos vêm alcançando no decorrer do percurso.
5º	Coerência, orientação e apoio	A avaliação deve ser um processo coerente com o que se ensina e com o que se espera que o aluno aprenda, tendo princípios e éticas com o que se fala e com o que se faz. Outro fator importante da coerência de uma avaliação é o fator de ela ser significativa e ter sentido para a vida, ser contextualizada e operativa. Cabe ao professor orientar o aluno de modo que ele se sinta confiante e familiarizado ao realizar a avaliação, pois dessa forma, ele saberá que tipo de avaliação espera dele. Por exemplo: prova objetiva espera que ele marque X e prova dissertativa espera que ele responda de modo discursivo. A orientação para apoiar o processo ensino- aprendizagem.
		Todo e qualquer tipo de avaliação inclusiva tem como finalidade explícita prevenir qualquer ato ou forma de manifestação de exclusão, evitando a



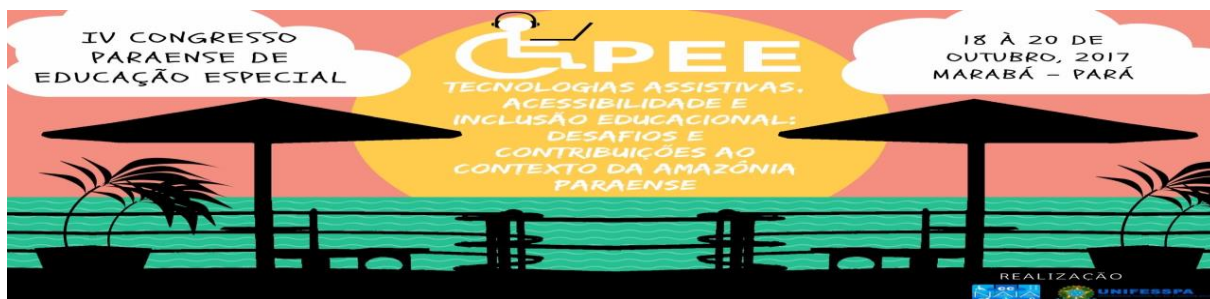
6º	Prevenir a segregação (rótulos)	segregação preferências e rotulação. O aluno deve ser enxergado como pessoa que ele é não rotulo por meio de sua patologia ou de sua necessidade específica, nem mesmo rotulado como aquele que não sabe nada. Como dia Paulo Freire, ninguém é tão ruim ao ponto de não saber nada, como ninguém é tão bom a ponto de saber tudo.
7º	Programa educativo individual	O programa educativo individual deve ser entendido como uma prática de aprendizagem que promova a inclusão, envolvendo todos os alunos, de modo que faça com que todos participem e se organizem diante de sua própria aprendizagem, descobrindo sua metacognição e sua maneira de consolidar o próprio aprendizado.

**FONTE:** TEIXEIRA, Josele. LILIANE, Nunes. **Avaliação Inclusiva: a diversidade reconhecida e valorizada.** Rio de Janeiro: Wak, 2010.

De acordo com o que foi apresentado acima temos muitos princípios que se forem compreendidos serão grandes aliados para se construir instrumentos avaliativos e personificados nos ambientes escolares para garantir que avaliação inclusiva realmente aconteça.

Todo entendimento sobre avaliação inclusiva seja faz necessária na prática pedagógica do professor que atua em salas inclusivas e perpassa o que temos de racional vai de encontro com o sobrenatural e se encontra com o natural, desse modo entendo que a educação especial inclusiva viaja em muitas dimensões e uma delas é sobrenatural no sentido de amar incondicionalmente.

**IV CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**  
**18 a 20 de outubro de 2017 – UNIFESSPA/Marabá-PA**  
**ISSN 2526-3579**



Por tudo isso, temos de ficar cada vez mais atentos, questionando o que existe, mas, ao mesmo tempo, apresentar outras maneiras de inclusão sem ferir o que já é garantido, pois nossa constituição é bem clara:

A nossa Constituição Federal de 1988 respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata, no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim entendemos que as escolas assumiram em suas práticas a responsabilidades de educar com igualdade e acesso e também permanência nos espaços escolares dos alunos sendo parte contribuinte para inserção social.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As instituições de ensino assim como a sociedade buscam preparar o futuro e, de certo que, se as crianças aprenderem a valorizar e a conviver com as diferenças nas salas de aula, serão adultos bem diferentes de nós, que temos de nos empenhar tanto para entender e viver a experiência da inclusão.

Mas diante de tudo que foi discutido, analisado, refletido e compreendido percebemos que temos um longo caminho a percorrer quando promovemos Inclusão, não só do aluno com deficiência, mas de todos que por posturas comportamentais ou de outras situações sociais que não se enquadram aos velhos padrões ainda se torna motivo de exclusão.

Diante desse desafio é que esse instrumento apresentou diálogos, relatos de experiências que foram evidências de construção para um apanhado de entendimento



a respeito da avaliação inclusiva e seus princípios que ainda não fazem parte da prática pedagógica, conforme os dados dos gráficos supracitados.

Todas as etapas desse trabalho tiveram como objetivo principal, elencar alguns princípios que segundo estudos e aplicabilidade dos mesmos fazem a diferença no processo avaliativo inclusivo na vida escolar das pessoas com deficiência.

De acordo com os questionamentos que foram feitos e aplicados nesta pesquisa compreendemos que todos os professores reconhecem que avaliação escolar precisa incluir e não excluir, chegando ao percentual significativo de 100%, sendo um resultado positivo.

Prosseguimos com os questionamentos: você conhecem os princípios que regem a avaliação inclusiva? E para nossa surpresa nos deparamos com os dados de que 72% deles não possuem conhecimento a respeito dos princípios (fundamentação) que entremeiam os caminhos da avaliação inclusiva, indo de encontro com o primeiro questionamento, ficando no nosso radar ações que possam suprir essa contradição.

Assim chegamos ao último questionamento: nas suas práticas pedagógicas, as avaliações estão pautadas na perspectiva da educação Inclusiva? Nesta questão, infelizmente, observamos que o processo de inclusão ainda não é direito de todos, pois a avaliação inclusiva não está presente totalmente nas práticas pedagógicas. 70% dos entrevistados têm em suas práticas, ora sim ora não, avaliações na perspectiva da educação inclusiva; já 10% informaram que nunca realizam avaliação inclusiva e; somente 20% dos sujeitos proporcionam uma avaliação que inclua.

Diante desse panorama, entendemos que temos muito a avançar na avaliação inclusiva. O fato de discutir, analisar e avaliar as práticas pedagógicas já constitui um grande marco para essa inclusão. Sabe-se que não se faz educação isoladamente, as transformações no cenário educacional e inclusivo nas instituições de ensino, por mais que ainda sejam muito questionadas pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, convence a todos pela sua lógica e pela ética de seu posicionamento social.



Com isso, concluímos esse instrumento que se caracterizou como pesquisa ação pelo objeto singular da pesquisa que teve como cenário um encontro com professores que se descortinaram para se esvaziar de práticas errôneas que se distanciam de uma avaliação inclusiva e ficou claro o momento de renovação nas e implementações no fazer pedagógico, ancorados com os princípios que sustentam uma avaliação inclusiva e personificada.

## 5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da educação, Secretaria de educação especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.

\_\_\_\_\_, Lei de diretrizes e bases da educação Nacional. Lei 9.394/96. Brasil constituição federal de 1998, disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html)

CENP/SEESP. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades de Educação Especial**. Brasília: Unesco/Corde, 1994.

FERREIRA, J. R. **A Exclusão da diferença: a educação do portador de deficiência**. Piracicaba: Unimep, 1994.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação de identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.





LUCKESI, Cipriano, **O que é mesmo o ato de Avaliar a Aprendizagem?**

Pátio. Porto alegre: ARTMED. Ano 3, n. 12 fev./abr. 2000.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. **Educação inclusiva e as necessidades educativas especiais.** In: MANZINI, E. J. **Educação especial: temas atuais.** Marília: Unesp, 2000.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar.** São Paulo, Cortez, 1998.

MANTOAN. Tereza. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?— São Paulo: Moderna , 2003, (Coleção cotidiano).**

UNESCO. **Final Report on the World Conference on Special Needs Education: access and quality.** Salamanca: Ministry of Education and Science, 1994.